

# O Estado

V. I. Lenine

11 de Julho de 1919

[http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11\\_ga.htm](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/11_ga.htm)

---

Conferência pronunciada na Universidade Sverdlov [1] em 11 de Julho de 1919.

Publicado pela primeira vez em 18 de Janeiro de 1929, em Pravda, nº 15.

Traducido por João Castinheira.

This text has been copied from Basque Red Net with kind permission.

HTML por Jørn Andersen para The Marxists' Internet Archive, 27.7.00.

---

Camaradas, o tema da conversa de hoje, consoante com o plano traçado por vocês que me foi comunicado, é o Estado. Desconheço até que ponto é que vocês estão ao tanto deste tema. Se não me engano, os seus cursos acabam de principiar, e pela primeira vez abordarão sistematicamente este tema. Se assim for, pode muito bem acontecer que na primeira conferência sobre este tema tão difícil eu não consiga que a minha exposição seja suficientemente clara e compreensível para muitos dos meus ouvintes. Em tal caso, rogo-lhes que não se preocupem, porque o problema do Estado é um dos mais complicados e difíceis, porventura aquele em que mais confusão semearão os eruditos, escritores e filósofos burgueses. Não cabe esperar, portanto, que se possa chegar a uma profunda compreensão do tema com uma breve conversa, numa só sessão. Após a primeira conversa sobre este tema, deverão tomar nota dos trechos que não tenham percebido ou que não lhes resultarem claros, para voltarmos sobre eles duas, três e quatro vezes, a fim de mais tarde poder ser completado e aclarado o que não for percebido, quer mediante a leitura, quer mediante diversas conversas e conferências. Espero que possamos voltar a reunir-nos e que tenhamos poder daquela trocar opiniões sobre todos os pontos complementares e ver o que é que ficou mais obscuro. Espero, aliás, que para além das conversas e conferências, dedicarão algum tempo a ler, pelo menos, algumas das obras mais importantes de Marx e Engels. Não há qualquer dúvida que estas obras, as mais importantes, se acharão na listagem de livros recomendados e nos manuais que estão disponíveis na biblioteca de vocês para os estudantes, da escola do Soviet e do Partido; e embora, mais uma vez, alguns de vocês se sintam no começo, desanimados pela dificuldade da exposição, torno a advertir-lhes que não devem preocupar-se com isso; o que não resulta claro à primeira leitura tornar-se-á claro na segunda leitura, ou quando logo a seguir foquem o problema de outro ângulo um bocado diferente. Porque, repito mais uma vez, o problema é tão complexo e tem sido tão embaraçado pelos eruditos e escritores burgueses, que quem desejar estudá-lo a sério e chegar a dominá-lo por conta própria, deve abordá-lo várias vezes, voltar sobre ele uma e outra vez e considerá-lo de vários ângulos, para poder chegar a uma compreensão clara e definida dele. Porque é um problema fundamental, tão basilar em toda política e porque, não apenas em tempos tão turbulentos e revolucionários como os que vivemos, mas inclusive nos mais pacíficos, toparão com ele todos os dias em qualquer jornal, a respeito de qualquer assunto econômico ou político, será tanto mais fácil voltar sobre ele. Todos os dias, por um

motivo ou outro, tornarão vocês à pergunta: o que é o estado, qual a sua natureza, a sua significação e qual a atitude do nosso partido, o partido que luta pela derrubada do capitalismo, o partido comunista, qual é a sua atitude no que diz respeito ao Estado? E o mais importante é que, como resultado das leituras que realizem, como resultado das conversas e conferências que escutem sobre o Estado, adquirirão a capacidade de focar este problema por si próprios, já que o defrontarão com os mais diversos motivos, em relação com as questões triviais, nos contextos mais inesperados, e em discussões e debates com adversários. Somente quando aprenderem a se orientar por si próprios neste problema é que poderão considerar-se firmes nas suas convicções e capazes para as defenderem com sucesso contra qualquer e em qualquer momento.

Depois destas breves considerações, passarei a tratar o problema em si: o que é o Estado, como surgiu e qual deve ser a atitude no que atinge ao Estado desde o partido da classe operária, que luta pelo total derrocamento do capitalismo, o partido dos comunistas.

Já tenho dito que dificilmente se encontrará outro problema em que deliberada e inconscientemente, tenham semeado tanta confusão os representantes da ciência, a filosofia, a jurisprudência, a economia política e o jornalismo burgueses como no problema do Estado. Ainda hoje é confundido muito amiúde com problemas religiosos; não só pelos representantes de doutrinas religiosas (é completamente natural esperá-lo entre eles), mas mesmo pessoas que se consideram livres de preconceitos religiosos confundem muito amiúde a questão específica do Estado com problemas religiosos e tentam elaborar uma doutrina – não raro complexa, com uma focagem e uma argumentação ideológicas e filosóficas – que defende que o Estado é qualquer coisa divina, sobrenatural, certa força, em virtude da qual tem vivido a humanidade, que confere, ou pode conferir aos homens, ou que contém em si qualquer coisa que não é própria do homem, mas dada de fora: uma força de origem divina. E cumpre dizer que esta doutrina está tão estreitamente ligada aos interesses das classes exploradoras – dos senhores de terra e os capitalistas –, serve tão bem aos seus interesses, impregnou tão fundamente todos os costumes, as concepções, a ciência dos senhores representantes da burguesia, que toparão vocês vestígios dela a cada passo, mesmo na concepção do Estado que tem os mencheviques e eseristas<sup>1</sup>, que rejeitam a ideia de que se acham sob o influxo de preconceitos religiosos e estão convencidos de poderem considerar o Estado com serenidade. Este problema tem sido tão embaraçado e complicado porque atinge mais do que outro qualquer (cedendo lugar nisto só aos fundamentos da ciência económica) os interesses das classes dominantes. A teoria do Estado serve para justificar os privilégios sociais, a existência da exploração, a existência do capitalismo, razão pela qual seria o maior dos erros esperar imparcialidade neste problema, abordá-lo na crença de que quem julga serem cientistas podam brindar a vocês uma concepção puramente científica do assunto. Quando se tenham familiarizado com o problema do Estado, com a doutrina do Estado e com a teoria do Estado, e o tenham aprofundado suficientemente, descobrirão sempre a luta entre classes diferentes, uma luta que se reflete ou se exprime num conflito entre concepções sobre o Estado na apreciação do papel e da significação do Estado.

---

<sup>1</sup> Os eseristas eran, na Rússia, o partido herdeiro dos populistas, também denominados "socialrevolucionários".

Para abordarmos este problema do jeito mais científico, cumpre dar, pelo menos, uma rápida olhadela à história do Estado, ao seu surgimento e evolução. Com certeza, quando se trata de um problema de ciência social, e o mais necessário para adquirir realmente o hábito de focar este problema em forma correta, sem perder-nos num cúmulo de detalhes ou na imensa variedade de opiniões contraditórias; o mais importante para abordar o problema cientificamente, é não esquecer o nexo histórico fundamental, analisar cada problema do ponto de vista de como é que surgiu na história o fenómeno dado e quais foram as principais etapas do seu desenvolvimento e, do ponto de vista do seu desenvolvimento, examinar em que se tem tornado hoje.

Espero que ao estudarmos este problema do Estado, se não de familiarizar com a obra de Engels **A origem da família, a propriedade privada e o Estado**. Trata-se de uma das obras fundamentais do socialismo moderno, cada uma de cujas frases podem aceitar-se com plena confiança, na segurança de que não foi escrita à toa, senão que se baseia numa abundante documentação histórica e política. Sem dúvida, não todas as partes desta obra estão expostas em forma igualmente acessível e compreensível; algumas delas supõem um leitor que já possui uns conhecimentos de história e de economia. Mas volto a repetir que não devem preocupar-se com que ao lerem essa obra não a entendam imediatamente. Isto acontece a quase todo o mundo. Mas relendo-a mais tarde, quando estiverem interessados no problema, conseguirão percebê-la na sua maior parte, se não na sua totalidade. Cito este livro de Engels porque nele se faz uma focagem correta do problema no senso mencionado. Começa com um bosquejo histórico das origens do Estado.

Para tratar devidamente este problema, o mesmo que outro qualquer – por exemplo, o das origens do capitalismo, a exploração do homem pelo homem, o do socialismo, como surgiu o socialismo, quais condições o engendraram –, qualquer destes problemas só pode ser focado com segurança e confiança se se dá uma olhadela à história do seu desenvolvimento em conjunto. Relativamente a este problema cumpre ter presente, antes de mais, que nem sempre existiu o Estado. Houve um tempo em que não havia Estado. Este ocorre no lugar e no momento em que surge a divisão da sociedade em classes, quando ocorrem os exploradores e os explorados.

Antes de surgir a primeira forma de exploração do homem pelo homem, a primeira foram da divisom em classes – proprietários de escravos e escravo –, existia a família patriarcal ou, como por vezes é chamada, a família do *clam* (clam: gens; naquela altura viviam juntas as pessoas de uma mesma linhagem ou origem). Na vida de muitos povos primitivos subsistem pegadas muito definidas de aqueles tempos primitivos, e se consultar qualquer obra sobre a cultura primitiva, toparam-se descrições, indicações e reminiscências mais ou menos precisas do facto de que houve uma época mais ou menos similar a um comunismo primitivo, em que ainda não existia a divisão da sociedade em escravistas e escravos. Nessa altura não havia Estado, não havia aparelho especial nenhum para o emprego sistemático da força e a submissão do povo pela força. Esse aparelho é o que se chama Estado.

Na sociedade primitiva, quando a gente vivia em pequenos grupos familiares e ainda se achava nas etapas mais baixas do desenvolvimento, em condições próximas do selvagismo – época separada por vários milhares de anos da moderna sociedade humana civilizada –, não se observam ainda indícios da existência do Estado. Achamos o predomínio do costume, a autoridade, o respeito, o poder de que gozavam os anciãos do clam; achamos que por vezes este poder era reconhecido às mulheres – a posição das mulheres, daquela, não tinha parecido com a de opressão e falta de direitos das mulheres de hoje—, mas em nenhuma parte achamos uma categoria especial de indivíduos diferenciados que governem os outros e que, com o fim de governarem, disponham sistemática e permanentemente de certo aparelho de coerção, de um aparelho de violência, tal como o que representam atualmente, como todos sabem, os grupos especiais de homens armados, os cárceres e demais meios para submeter pela força a vontade dos outros, todo o que constitui a essência do Estado.

Se deixarmos de parte as chamadas doutrinas religiosas, as subtilezas, os argumentos filosóficos e as diversas opiniões erigidas pelos eruditos burgueses, e procurarmos atingir a verdadeira essência do assunto, veremos que na realidade o Estado é um aparelho de governo, separado da sociedade humana. Quando ocorre um grupo de especial de homens desta classe, dedicados em exclusiva a governarem e que para governarem precisam de um aparelho especial de coerção para submeterem a vontade de outros pela força – cárceres, grupos especiais de homens, exércitos, etc. –, é quando ocorre o Estado.

Mas houve um tempo em que não existia o Estado, em que os vínculos gerais, a sociedade mesma, a disciplina e organização do trabalho se mantinham pela força do costume e a tradição, pela autoridade e respeito de que gozavam os anciãos do clam ou as mulheres – que naquela altura não só gozavam de uma posição social igual à dos homens, senão que mesmo, não raro, gozavam até de uma posição social superior –, e em que não havia uma categoria especial de pessoas que se especializassem em governar. A história demonstra que o Estado, como aparelho especial para a coerção dos homens, surge apenas onde e quando ocorre a divisão da sociedade em classes, quer dizer, a divisão em grupos de pessoas, algumas das quais se apropriam permanentemente do trabalho alheio, onde uns exploram os outros.

E esta divisão da sociedade em classes, através da história, é o que devemos ter sempre presente com toda claridade, como um facto fundamental. O desenvolvimento de todas as sociedades humanas ao longo de milhares de anos, em todos os países sem exceção, revela-nos uma sujeição geral a leis, uma regularidade e consequência; de jeito que temos, primeiro, uma sociedade sem classes, a sociedade originária, patriarcal, primitiva, em que não existiam aristocratas; a seguir uma sociedade baseada na escravatura, uma sociedade escravista. Toda a Europa moderna e civilizada passou por essa etapa: a escravatura reinou soberana há dois mil anos. Por essa etapa passou também a grande maioria dos povos de outros lugares do mundo. Ainda hoje se conservam rastros da escravatura entre os povos menos desenvolvidos; em África, por exemplo, persiste na ainda na atualidade a instituição da escravatura. A divisão em proprietários de escravos e escravos foi a primeira divisão importante. O primeiro grupo não só possuía todos os meios de produção – a terra e as ferramentas, por muito primitivas que fossem na altura –, senão que tinham também os homens. Este grupo era conhecido como o dos proprietários de

escravos, enquanto os que trabalhavam e subministravam o trabalho a outros eram conhecidos como escravos.

Esta forma foi seguida na história por outra: o feudalismo. Na grande maioria dos países, a escravatura, no decurso do seu desenvolvimento, evoluiu para a servidão. A divisão fundamental da sociedade era: os senhores de terra, proprietários de servos, e os camponeses servos. Mudou a forma dos relacionamentos entre os homens. Os possuidores de escravos consideravam os escravos como a sua propriedade; a lei confirmava este conceito e considerava o escravo como um objeto que pertencia integralmente ao proprietário de escravos. No que ao camponês servo de respeito, subsistia a opressão de classe e a dependência, mas não se julgava que os camponeses fossem um objeto de propriedade do terratenente proprietário de servos; este apenas tinha direito a apossar-se do seu trabalho, a obrigá-los a executarem certos serviços. Na prática, como todos vocês sabem, a servidão, nomeadamente na Rússia, onde subsistiu mais tempo e revestiu as formas mais brutais, não se diferenciava em nada da escravatura. Mais tarde, com o desenvolvimento do comércio, o aparecimento do mercado mundial e o desenvolvimento da circulação monetária, surgiu dentro da sociedade feudal uma nova classe, a classe capitalista. Da mercadoria, a troca de mercadorias e o aparecimento do poder do dinheiro, surgiu o poder do capital. Durante o século XVIII, ou por melhor dizer, desde os fins do século XVIII e durante o século XIX, explodiram revoluções em todo o mundo. O feudalismo foi abolido em todos os países da Europa Ocidental. Rússia foi o derradeiro país onde isto aconteceu. Em 1861, produziu-se também na Rússia uma mudança radical, como consequência disso, uma forma de sociedade foi substituída por outra: o feudalismo foi substituído pelo capitalismo, sob o qual continuou a existir a divisão em classes, bem como diversas pegadas e sobrevivências do regime de servidão, mas fundamentalmente a divisão em classes assumiu uma forma diferente.

Os donos do capital, os donos da terra e os donos das fábricas constituíam e continuam a constituir, em todos os países capitalistas, uma insignificante minoria da população, que governa totalmente o trabalho de todo o povo e, portanto, governa, oprime e explora toda a massa de trabalhadores, a maioria dos quais são proletários, trabalhadores assalariados, que ganham a vida no processo de produção, só a vender a sua mão-de-obra, a sua força de trabalho. Com a passagem ao capitalismo, os camponeses, que foram divididos e oprimidos sob o feudalismo, tornaram-se, em parte (a maioria) em proletários, e em parte (a minoria) em camponeses ricos, quem por sua vez contrataram trabalhadores e constituíram a burguesia rural.

Este facto fundamental – a passagem da sociedade, das formas primitivas de escravatura ao feudalismo, e por último ao capitalismo – é o que devem vocês ter sempre presente, já que apenas lembrando este facto fundamental, enquadrando todas as doutrinas políticas neste quadro fundamental, estarão em condições de valorizar devidamente essas doutrinas e compreender o quê é que se propõem. Pois cada um destes grandes períodos da história da humanidade – o escravista, o feudal e o capitalista— abrange dezenas e centenas de séculos, apresenta tal quantidade de formas políticas, tal variedade de doutrinas políticas, opiniões e revoluções, que só poderemos chegar a compreender esta enorme

diversidade e esta imensa variedade – principalmente as relativas às doutrinas políticas, filosóficas e outras dos eruditos e políticos burgueses –, desde que soubermos ferrar firmemente, como a um fio orientador fundamental, esta divisão da sociedade em classes, essas mudanças das formas da dominação de classes, e se analisarmos, deste ponto de vista, todos os problemas sociais – económicos, políticos, espirituais, religiosos, etc.

Se vocês considerarem o Estado do ponto de vista desta divisão fundamental, verão que antes da divisão da sociedade em classes, como já tenho dito, não existia qualquer Estado. Mas quando surge e se afiança esta divisão da sociedade em classes, quando surge a sociedade de classes, também surge e se afiança o Estado. A história da humanidade conhece dezenas e centos de países que tenham passado ou estão a passar na atualidade pela escravatura, o feudalismo e o capitalismo. Em cada um deles, apesar das enormes mudanças históricas que tiveram lugar, apesar de todas as vicissitudes políticas e de todas as revoluções relacionadas com este desenvolvimento da humanidade e com a transição da escravatura ao capitalismo, passando pelo feudalismo, e até chegar à atual luta mundial contra o capitalismo, vocês perceberão sempre o surgimento do Estado. Este foi sempre determinado aparelho à margem da sociedade e consistente num grupo de pessoas dedicadas exclusiva ou quase exclusivamente ou principalmente a governar. Os homens dividem-se em governados e em especialistas em governar, que se colocam por cima da sociedade e são chamados governantes, representantes do Estado. Este aparelho, este grupo de pessoas que governam os mais, toma posse sempre de certos meios de coerção, de violência física, que se exprima esta violência sobre os homens com a maça primitiva, que o faça em tipos mais aperfeiçoados de armas, na época da escravatura, ou nas armas de fogo inventadas na Idade Média ou, por último, nas armas modernas, que no século XX som verdadeiras maravilhas da técnica e se baseiam integralmente nos últimos logros da tecnologia moderna. Os métodos de violência mudaram, mas em toda a parte existiu um Estado, existiu em cada sociedade, um grupo de pessoas que governavam, mandavam, dominavam e que, para conservarem o seu poder, dispunham de um aparelho de coerção física, de um aparelho de violência, com as armas que correspondiam ao nível técnico da dada época. E apenas examinando estes fenómenos gerais, perguntando-nos por que é que não existiu Estado nengum quando não havia classes, quando não havia exploradores e explorados, e por quê ocorreu quando ocorrerom as classes; só assim é que acharemos uma resposta definida à pergunta de qual é que é a essência e a significação do Estado.

O Estado é uma máquina para manter a dominação de uma classe sobre outra. Quando não existiam classes na sociedade, quando, antes da época da escravatura, os homens trabalhavam em condições primitivas de maior igualdade, em condições em que a produtividade do trabalho era ainda muito baixa e quando o homem primitivo quase nem podia conseguir os meios indispensáveis para a existência mais tosca e primitiva, então não surgiu, nem podia fazê-lo, um grupo especial de homens afastados especialmente para governarem e dominarem o resto da sociedade. Apenas quando apareceu a primeira forma da divisão da sociedade em classes, quando ocorreu a escravatura, quando uma classe determinada de homens, ao se concentrar nas formas mais rudimentares do trabalho agrícola, pode produzir excedente,

e quando este excedente não resultou absolutamente necessário para a mísera existência da classe dos proprietários dos escravos, então, para que esta pudesse afiançar-se cumpria que aparecesse um Estado.

E apareceu o Estado escravista, um aparelho que deu poder aos proprietários de escravos e lhes permitiu governar os escravos. A sociedade e o Estado eram na altura muito mais reduzidos do que na atualidade, possuíam meios de comunicação incomparavelmente mais rudimentares; não existiam naquela altura os modernos meios de comunicação. As montanhas, os rios e os mares eram obstáculos incomparavelmente maiores do que hoje, e o Estado formou-se dentro dos limites geográficos muito mais estreitos. Um aparelho estatal tecnicamente fraco servia a um Estado confinado dentro de limites relativamente estreitos e com uma esfera de ação limitada. Mas, de qualquer maneira, existia um aparelho que obrigava os escravos a permanecerem na escravatura, que mantinha uma parte da sociedade subjugada e oprimida pela outra. É impossível obrigar a maior parte da sociedade a trabalhar em forma sistemática para a outra parte da sociedade sem um aparelho permanente de coerção. Enquanto não existiram classes, não houve um aparelho desse tipo. Quando ocorreram as classes, sempre e em toda a parte, à medida que a divisão crescia e se consolidava, ocorria também uma instituição especial: o Estado. As formas de Estado eram muito variadas. Já durante o período da escravatura, achamos diversas formas de Estado nos países mais avançados, mais cultos e civilizados da época, por exemplo, na antiga Grécia e na antiga Roma, que se baseavam integralmente na escravatura. Já tinha surgido naquela altura uma diferença entre monarquia e república, entre aristocracia e democracia. A monarquia é o poder de uma só pessoa, a república é a ausência de autoridades não eleitas; a aristocracia é o poder de uma minoria relativamente pequena, a democracia o poder do povo (democracia em grego significa literalmente poder do povo). Todas estas diferenças surgiram na época da escravatura. Apesar destas diferenças, o Estado da época escravista era um Estado escravista, quer se tratasse de uma monarquia, quer de uma república, aristocrática ou democrática. Em todos os cursos de história da antiguidade, ao escutarem a conferência sobre este tema, será tratada a luta entre os Estados monárquicos e os republicanos. Mas o fato fundamental é que os escravos não eram considerados seres humanos; não apenas não eram considerados cidadãos, quanto que nem sequer eram considerados seres humanos. O direito romano considerava-os como bens. A lei sobre o homicídio, para não mencionarmos outras leis de proteção da pessoa, não amparava os escravos. Defendia apenas os proprietários de escravos, os únicos que eram reconhecidos como cidadãos com plenos direitos. Tanta fazia que governasse uma monarquia ou uma república; tanto uma como outra eram uma república dos proprietários de escravos ou uma monarquia dos proprietários de escravos. Estes gozavam de todos os direitos, enquanto os escravos, perante a lei, eram bens; e contra o escravo não apenas podia perpetrar-se qualquer tipo de violência, mas inclusivamente matar um escravo não era considerado delito. As repúblicas escravistas diferiam na sua organização interna; havia repúblicas aristocráticas e repúblicas democráticas. Na república aristocrática participava nas eleições um reduzido número de privilegiados; na república democrática participavam todos, mas sempre todos os proprietários de escravos, todos salvo os escravos. Deve levar-se em conta este facto fundamental, já que deita mais luz do que qualquer outro sobre o problema do Estado, e apresenta a nu a natureza do Estado.

O Estado é uma máquina para que uma classe reprima outra, uma máquina para a sustentação a uma classe de outras classes, subordinadas. Esta máquina pode apresentar diversas formas. O Estado escravista podia ser uma monarquia, uma república aristocrática e mesmo uma república democrática. Na realidade, as formas de governo variavam extraordinariamente, mas a sua essência era sempre a mesma: os escravos não gozavam de qualquer direito e continuavam a ser uma classe oprimida; não eram considerados seres humanos. Achamos o mesmo no Estado feudal.

A mudança na forma de exploração transformou o Estado escravista em Estado feudal. Isto teve uma enorme importância. Na sociedade escravista, o escravo não gozava de qualquer direito e não era considerado um ser humano; na sociedade feudal, o camponês achava-se sujeito à terra. O principal traço da servidão era que os camponeses (e naquela altura os camponeses constituíam a maioria, desde que a população urbana era ainda muito pouco desenvolvida) eram considerados sujeitos à terra; daí é que deriva este conceito mesmo: a servidão. O camponês podia trabalhar certo número de dias para si próprio na parcela que lhe assinalava o senhor feudal; os restantes dias o camponês servo trabalhava para o seu senhor. Subsistia a essência da sociedade de classes: a sociedade baseava-se na exploração de classe. Apenas os proprietários da terra desfrutavam de plenos direitos; os camponeses não tinham qualquer direito. Na prática a sua situação não diferia muito da situação dos escravos no Estado escravista. No entanto, tinha-se aberto um caminho mais amplo para a sua emancipação, para a emancipação dos camponeses, já que o camponês servo não era considerado propriedade direta do senhor feudal. Podia trabalhar uma parte do seu tempo na sua própria parcela; podia, por assim dizer, ser, até certo ponto, dono de si próprio; e ao alargarem-se as hipóteses de desenvolvimento da troca e dos relacionamentos comerciais, o sistema feudal foi-se desintegrando progressivamente e foram-se alargando progressivamente as possibilidades de emancipação da classe camponesa. A sociedade feudal foi sempre mais complexa do que a sociedade escravista. Havia um importante fator de desenvolvimento do comércio e a indústria, coisa que, mesmo nessa época, conduziu ao capitalismo. O feudalismo predominava na Idade Média. E também aqui diferiam as formas do Estado; também aqui achamos a monarquia e a república, embora se manifestasse esta última de maneira muito mais fraca. Mas sempre se considerava o senhor feudal como o único governante. Os camponeses servos careciam de quaisquer direitos políticos.

Nem sob a escravatura nem sob o feudalismo podia uma minoria de pessoas dominar a enorme maioria sem recorrer à coerção. A história está cheia de constantes tentativas das classes oprimidas por se libertarem da opressão. A história da escravatura fala-nos de guerras de emancipação dos escravos que duraram décadas inteiras. O nome de "espartaquistas", entre parênteses, que tenham adoptado agora os comunistas alemães – o único partido alemão que realmente luta contra o jugo do capitalismo –, adotaram-no devido a que Espartaco foi o herói mais destacado de uma das mais grandes sublevações de escravos que teve lugar há por volta de dois mil anos. Durante vários anos, o Império romano, que semelhava onipotente e que se apoiava por inteiro na escravatura, sofreu o choque e as sacudidas de uma extensa revolta de escravos, armados e agrupados num vasto exército, sob a direção de Espartaco. Afinal foram derrotados, apresados e torturados pelos proprietários de escravos. Guerras civis como estas

surgem ao longo de toda a história da sociedade de classes. O que acabo de assinalar é um exemplo da mais importante destas guerras civis na época da escravatura. Do mesmo modo, toda a época do feudalismo acha-se semeada por constantes sublevações dos camponeses. Na Alemanha, por exemplo, na Idade Média, a luta entre as duas classes – senhores de terra e servos – assumiu amplas proporções e transformou-se numa guerra civil dos camponeses contra os senhores de terra. Todos vocês conhecem exemplos semelhantes de constantes revoltas dos camponeses contra os senhores de terra feudais na Rússia.

Para manterem a sua dominação e assegurar o seu poder, os senhores feudais necessitavam de um aparelho com o que pudessem subjugar uma enorme quantidade de pessoas e submetê-las a certas leis e normas; e todas essas leis, no fundamental, reduziam-se a uma só cousa; a manutenção do poder dos senhores feudais sobre os camponeses servos. Tal era o Estado feudal, que na Rússia, por exemplo, ou nos países asiáticos muito atrasados (nos quais ainda impera o feudalismo) diferia na sua forma: era uma república ou uma monarquia. Quando o Estado era uma monarquia, reconhecia-se o poder de um indivíduo; quando era uma república, num ou outro grau era reconhecida a participação de representantes eleitos da sociedade de senhores de terra; isto acontecia na sociedade feudal. A sociedade feudal representava uma divisão em classes na qual a imensa maioria – os camponeses servos – estava totalmente submetida a uma insignificante minoria, aos senhores de terra, donos da terra.

O desenvolvimento do comércio, o desenvolvimento do intercâmbio de mercadorias, conduziram à formação de uma nova classe, a dos capitalistas. O capital conformou-se como tal em fins da Idade Média, quando, depois da descoberta da América, o comércio mundial adquiriu um desenvolvimento enorme, quando aumento a quantidade de metais preciosos, quando a prata e o ouro se tornaram em meios de troca, quando a circulação monetária permitiu a certos indivíduos acumular enormes riquezas. A prata e o ouro foram reconhecidos como riqueza em todo o mundo. Declinou o poder económico da classe de senhores de terra e cresceu o poder da nova classe, os representantes do capital. A sociedade reorganizou-se de modo tal, que todos os cidadãos pareciam ser iguais, desapareceu a velha divisão em proprietários de escravos e escravos, e todos os indivíduos foram considerados iguais perante a lei, para além do capital que possuíssem – proprietários de terras ou pobres homens sem mais propriedade do que a sua força de trabalho, todos eram iguais perante a lei. A lei protege todos por igual; protege a propriedade dos que a tenham, contra os ataques das massas que, ao não possuírem qualquer propriedade, ao não possuírem mais do que a sua força de trabalho, se vão tornando mais pobres e arruinando-se aos poucos até se converterem em proletários. Tal é a sociedade capitalista.

Não podó demorar na sua análise pormenorizada. Já voltarão vocês a isso quando estudarem o programa do partido: terão daquela uma descrição da sociedade capitalista. Esta sociedade foi avançando contra a servidão, contra o velho regime feudal, sob a consigna da liberdade. Mas era a liberdade para os proprietários. E quando se desintegrou o feudalismo, cousa que aconteceu em fins do século XVIII e começos do século XIX, --na Rússia aconteceu mais tarde do que noutros países, em 1861--, o Estado feudal foi deslocado polo Estado capitalista, que proclamava como consigna a liberdade para todo o povo,

que afirma exprimir a vontade do povo todo e nega ser um Estado de classe. E é neste ponto que se iniciou uma luta entre os socialistas, que brigam pela liberdade de todo o povo, e o Estado capitalista, luta que conduziu hoje à criação da República Socialista Soviética e que se está a estender ao mundo inteiro.

Para compreendermos a luta principiada contra o capital mundial, para percebermos a essência do Estado capitalista, devemos lembrar que quando ascendeu o Estado capitalista contra o Estado feudal, entrou na luta sob a palavra de ordem da liberdade. A abolição do feudalismo significou a liberdade para os representantes do Estado capitalista e serviu aos seus fins, já que a servidão desabava e os camponeses tinham a possibilidade de possuir em plena propriedade a terra adquirida por eles mediante um resgate ou, em parte pelo pagamento de um tributo; isto não interessava ao Estado; protegia a propriedade sem importar-se com a sua origem, pois o Estado se baseava na propriedade privada. Em todos os Estados civilizados modernos, os camponeses tornaram em proprietários privados. Inclusive quando o senhor de terra cedia parte das suas terras aos camponeses, o Estado protegia a propriedade privada, ressarcindo o senhor de terra com uma indenização, permitindo-lhe obter dinheiro pela terra. O Estado, por assim dizer, declarava que ampararia totalmente a propriedade privada e lhe outorgava toda a classe de apoio e proteção. O Estado reconhecia os direitos de propriedade de todo lojista, fabricante e industrial. E esta sociedade, baseada na propriedade privada, no poder do capital, na sujeição total dos operários despossuídos e as massas trabalhadoras dos camponeses, proclamava que o seu regime se baseava na liberdade. Ao lutar contra o feudalismo, proclamou a liberdade de propriedade e sentia-se especialmente orgulhosa de que o Estado tivesse deixado de ser, supostamente, um Estado de classe.

Porém, o Estado continuava a ser uma máquina que ajudava o capitalista a manterem submetidos os camponeses pobres e a classe operária, embora na sua aparência exterior fosse livre. Proclamava o sufrágio universal e, por meio dos seus defensores, pregadores, eruditos e filósofos, que não era um Estado de classe. Inclusive, agora, quando as repúblicas socialistas soviéticas tenham começado a combater o Estado, acusam-nos de sermos violadores da liberdade e de erigirmos um Estado baseado na coerção, na repressão de uns por outros, enquanto eles representam um Estado de todo o povo, um Estado democrático. E este problema, o problema do Estado, é agora, quando principiou a revolução socialista mundial e quando a revolução triunfa nalguns países, quando a luta contra o capital se tem agudizado em extremo, um problema que tem adquirido a maior importância e pode dizer-se que se tem tornado no problema mais candente, no foco de todos os problemas políticos e de todas as polémicas políticas do presente.

Qualquer que for o partido que tomarmos na Rússia ou em qualquer dos países mais civilizados, vemos que todas as polémicas, discrepâncias e opiniões políticas giram agora à volta da conceção do Estado. É o Estado, num país capitalista, numa república democrática – nomeadamente em repúblicas como a Suíça ou Norte-América—, nas repúblicas democráticas mais livres, a expressão da vontade popular, a resultante da decisão geral do povo, a expressão da vontade nacional, etc., ou o Estado é uma máquina que permite aos capitalistas desses países conservarem o seu poder sobre a classe operária e os camponeses e camponesas? Eis o problema fundamental a cuja volta giram todas as polémicas políticas

no mundo inteiro. O quê se de sobre o bolchevismo? A imprensa burguesa deita destes sobre os bolcheviques. Não acharão um só jornal que não repita a acusação na moda de que os bolcheviques violam a soberania do povo. Se os nossos mencheviques e eseristas, na sua simpleza de espírito (e porventura não simpleza, ou talvez simpleza da que de o provérbio que é pior do que a ruindade) julgam que inventaram e descobriram a acusação de que os bolcheviques violaram a liberdade e a soberania do povo, enganam-se do jeito mais ridículo. Hoje, todos os jornais mais ricos dos países mais ricos, que gastam dezenas de milhões na sua difusão e disseminam mentiras burguesas e a política imperialista em dezenas de milhões de exemplares, todos esses jornais repetem esses argumentos e acusações fundamentais contra o bolchevismo, a saber: que a Norte-América, a Inglaterra e a Suíça som Estados avançados, baseados na soberania do povo, enquanto a república bolchevique é um Estado de bandidos em que não se conhece a liberdade e que os bolcheviques são violadores da ideia da soberania do povo e mesmo chegaram ao extremo de dissolverem a Assembleia Constituinte. Estas terríveis acusações contra os bolcheviques repetem-se no mundo todo. Estas acusações conduzem-nos diretamente à pergunta: o quê é o Estado? Para compreendermos estas acusações, para podermos estudá-las e adoptar a respeito delas uma atitude plenamente consciente, e não examiná-las baseando-se em boatos, mas numa firme opinião própria, devemos ter uma clara ideia do que é que é o Estado. Temos ante nós Estados capitalistas de todo o tipo e todas as teorias que na sua defesa se elaboraram antes da guerra. Para respondermos correctamente à pergunta, devemos examinar com uma focagem crítica todas estas teorias e concepções.

Já lhes aconselhei que recorressem ao livro de Engels **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Nele diz-se que todo Estado em que existe a propriedade privada da terra e os meios de produção, em que domina o capital, por democrático que seja, um Estado capitalista, uma máquina em mãos dos capitalistas para o subjugamento da classe operária e dos camponeses pobres. E o sufrágio universal, a Assembleia Constituinte ou o Parlamento som meramente uma forma, uma espécie de obriga de pagamento, que não muda a essência do assunto.

As formas de dominação do Estado podem variar: o capital manifesta o seu poder de um modo onde existe uma forma e doutro onde existe outra forma, mas o poder está sempre, essencialmente, em mãos do capital, quer com a existência do voto restrito ou outros direitos, quer se trate de uma república democrática ou não; na realidade, quanto mais democrática for, mais grosseira e cínica é a dominação do capitalismo. Uma das repúblicas mais democráticas do mundo são os Estados Unidos da América do Norte, e, no entanto, em nenhum (e quem tiver estado lá após 1905 provavelmente o saiba) é tão cru e abertamente corrompido como na Norte-América o poder do capital, o poder de uma presa de multimilionários sobre toda a sociedade. O capital, desde que existe, domina a sociedade inteira, e nenhuma república democrática, nenhum direito eleitoral pode mudar a essência do assunto.

A república democrática e o sufrágio universal representaram um enorme progresso comparado com o feudalismo: permitiram ao proletariado atingir a sua atual unidade e solidariedade e formar fileiras compactas e disciplinadas que travam uma luta sistemática contra o capital. Não existiu nada sequer semelhante a isto entre os camponeses servos e nem que falar já entre os escravos. Os escravos, como

sabemos, sublevaram-se, amotinaram-se e principiaram guerras civis, mas não podiam chegar a criar uma maioria consciente e partidos que dirigissem a luta; não podiam compreender com clareza quais eram os seus objetivos, e mesmo nos momentos mais revolucionários da história foram sempre peões em mãos das classes dominantes. A república burguesa, o Parlamento, o sufrágio universal, isso tudo constitui um imenso progresso do ponto de vista do desenvolvimento mundial da sociedade. A humanidade avançou para o capitalismo e foi o capitalismo somente, o que, mercê da cultura urbana, permitiu à classe oprimida dos proletários adquirir consciência de si própria e criar o movimento operário mundial; os milhões de operários organizados em partidos no mundo inteiro em partidos socialistas que dirigem conscientemente a luta das massas. Sem parlamentarismo, sem um sistema eleitoral, teria sido impossível este desenvolvimento da classe operária. É por isso que todas estas coisas adquiriram uma importância tão grande aos olhos das grandes massas do povo. É por isso que semelha tão difícil uma mudança radical. Não são apenas os hipócritas conscientes, os sábios e os curas quem sustentam e defendem a mentira burguesa de que o Estado é livre e que tem por missão defender os interesses de todos; o mesmo fazem muitíssimas pessoas atadas sinceramente aos velhos preconceitos e que não entendem a transição da sociedade antiga, capitalista, ao socialismo. E não apenas as pessoas que dependem diretamente da burguesia, não apenas quem vivem sob o jugo do capital ou subornados pelo capital (há grande quantidade de cientistas, artistas, clérigos, etc., de todo o tipo ao serviço do capital), mas inclusive pessoas simplesmente influenciadas pelo preconceito da liberdade burguesa, mobilizaram-se contra o bolchevismo no mundo inteiro, porque quando foi fundada a República Soviética, rejeitou as mentiras burguesas e declarou abertamente: vocês dizem que o seu Estado é livre, quando na realidade, enquanto existir a propriedade privada, o Estado de vocês, embora seja uma república democrática, não é mais do que uma máquina nas mãos dos capitalistas para reprimir os operários, e quanto mais livre o Estado for, com maior clareza isto se há de patentear. Exemplos disto nos apresentam a Suíça, na Europa, e os Estados Unidos, na América. Em parte nenhuma domina o capital em forma tão cínica e implacável e em parte nenhuma a sua dominação é tão ostensível como nestes países, apesar de se tratar de repúblicas democráticas, por muito belamente que as pintem e por muito que nelas se fale de democracia, do trabalho e de igualdade de todos os cidadãos. O facto é que na Suíça e na América do Norte domina o capital, e qualquer tentativa dos operários por atingir a menor melhoria efetiva da sua situação, provoca imediatamente a guerra civil. Nestes países há poucos soldados, um exército regulara pequeno – a Suíça conta com uma milícia e todos os cidadãos suíços tem um fuzil na sua morada, enquanto nos Estados Unidos, até há bem pouco, não existia um exército regular –, de modo que quando estala uma greve, a burguesia arma-se, contrata soldados e reprime a greve; em nenhuma parte a repressão do movimento operário é tão cruel e feroz como na Suíça e nos Estados Unidos, e em nenhuma parte se manifesta com tanta força como nestes países a influência do capital sobre o Parlamento. A força do capital é tudo, a Bolsa é tudo, enquanto o Parlamento e as eleições não são mais do que bonecos, títeres... Mas os operários vão abrindo cada vez mais os olhos, e a ideia do poder soviético vai estendendo-se mais e mais. Nomeadamente depois da sangrenta matança pela qual acabamos de passar. A classe operária adverte cada vez mais a necessidade de lutar implacavelmente contra os capitalistas.

Qualquer que for a forma com que se encubra uma república, por democrática que for, se for uma república burguesa, se conservar a propriedade privada da terra, das fábricas, se o capital privado mantiver toda a sociedade na escravatura assalariada, quer dizer, se a república não levar à prática o que se proclama no programa do nosso partido e na Constituição soviética, daquela esse Estado é uma máquina para que uns reprimam outros. E devemos pôr esta máquina em mãos da classe que terá de derrocar o poder do capital. Devemos rechaçar todos os velhos preconceitos à volta de o Estado significar a igualdade universal; pois isto é uma fraude: enquanto existir exploração não poderá existir igualdade. O senhor de terra não pode ser igual ao operário nem o homem faminto igual ao saciado. A máquina, chamada Estado, e ante a que os homens se inclinavam com supersticiosa veneração, porque acreditavam no velho conto de que significa o Poder do povo todo, o proletariado rechaça e afirma: é uma mentira burguesa. Nós temos arrancado aos capitalistas esta máquina e temos tomado posse dela. Utilizaremos essa máquina, o garrote, para liquidar toda exploração; e quando toda hipótese de exploração tiver desaparecido do mundo, quando já não houver proprietários de terras nem proprietários de fábricas, e quando não existir já uma situação em que uns estão saciados enquanto outros padecem fome, só quando tiver desaparecido de vez a hipótese disto, relegaremos esta máquina para o lixo. Então não existirá Estado nem exploração. Tal é o ponto de vista do nosso partido comunista. Espero que voltemos a este tema em futuras conferências, voltaremos a ele uma e outra vez.

---

#### **Nota:**

A Universidade Comunista I.M. Sverdlov fundou-se sobre a base de uns cursos de agitadores e instrutores, organizados em 1918, adjuntos ao Comitê Executivo Central de toda a Rússia. Mais tarde, os cursos foram reorganizados em Escola de Trabalhos dos Soviets. Depois da resolução, adoptada pelo VIII Congresso do PC(b) da Rússia, de organizar uma escola superior adjunta ao CC para preparar quadros do Partido, a Escola transformou-se em Escola Central de Trabalhos dos Soviets e do Partido; no segundo semestre de 1919 por decisão do Birô de Organização do CC do PC(b) da Rússia, a Escola recebeu o nome de Universidade Comunista I.M.Sverdlov. Lenine deu nela duas conferências acerca do Estado. O texto da Segunda, pronunciada em 29 de Agosto de 1919, não foi conservado.